

PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 1 | 4

Aquisição de Serviços: **Aquisição / Conservação de Edifícios – Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades**

RELATÓRIO DO PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

(Artigo 125.º do CCP)

1. INTRODUÇÃO

Na formulação da decisão administrativa de autorizar a contratação e a despesa, de acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de **26/09/2017**, entre as decisões tomadas consta a decisão de convidar uma única entidade. Nos termos do n.º 1 do art.º 67.º e do n.º 1 do art.º 125.º do Código dos Contratos Públicos [CCP], anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro na sua redação atual, a instrução do procedimento pré-contratual pode ser assegurada não por um Júri, mas diretamente pelos serviços da entidade adjudicante, sendo da sua competência, pedir esclarecimentos sobre a proposta apresentada e submeter o Projeto da Decisão de Adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

De acordo com o n.º 2 do art.º 125.º do CCP, com as necessárias adaptações, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração de relatório preliminar e final, porém o concorrente pode ser convidado a melhorar a sua proposta. Face aos preços apresentados estarem em conformidade com o previsto, o órgão competente para a decisão de contratar dispensou o convite à melhoria da proposta.

Com referência aos elementos abaixo discriminados e em cumprimento do disposto no art.º 67.º e 125.º do CCP, procedeu-se à análise da proposta e à elaboração do projeto da decisão de adjudicação, de que resulta o presente relatório:

Ref.ª do procedimento: 21/2017

Data da Decisão de Contratar: 26/09/2017

Fase Preliminar: Informação Técnica n.º 4736/2017, datada de 01/09/2017

Deliberação: Despacho de 26/09/2017 **Órgão Competente:** Sr. Presidente da Câmara Municipal

No seguimento da informação para início do procedimento do Sr. Arq.º Jorge Cruz, datada de 1 de Setembro de 2017, anexa a este processo, e proposta da Chefe de Divisão, Sr.ª Eng.ª Isilda Duarte, relativamente à aquisição de serviços "Aquisição / Conservação de Edifícios – Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades", processo MyDoc n.º 2017/300.10.001/30, com informação de cabimento datada de 15/09/2017 tomo as seguintes decisões:

Decisão de Contratar: Não existindo meios humanos disponíveis para a execução dos serviços,

AJUSTE DIRETO

Aquisição / Conservação de Edifícios –
Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades

PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 2 | 4

tomo a decisão de contratar, estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder 7.300,00 €.

Decisão de autorizar a despesa: No uso da competência própria, para autorizar a realização contratual da despesa prevista na alínea a), do n.º 1, artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que pode ir até 149.639,00 €, autorizo a despesa inerente ao contrato a celebrar, uma vez que o preço contratual não deverá exceder 7.300,00 €.

Decisão de aprovação das peças do procedimento adotado: Aprovo as peças do procedimento, Convite e Caderno de Encargos, conforme previsto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

Decisão de escolha do procedimento: Nos termos da regra geral de escolha do procedimento, prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do artigo 20.º do CCP, adote-se o procedimento de ajuste direto.

Decisão de designação do Júri: Dispensa.

Decisão da Abertura do procedimento: Abra-se o procedimento disponibilizando-o às entidades convidadas através da Plataforma Eletrónica Vortalgov.

Decisão das entidades a convidar: Deverá ser convidada a entidade SÉRGIO & JORGE GOMES, Lda., NPC 506 684 342, com sede na R. Cor. Oliveira Verdades Miranda, n.º 15, 2330-192 Entroncamento.

Das entidades convidadas a apresentar proposta, os Serviços deverão verificar se o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e no n.º 5 do art.º 113.º do CCP e o previsto no Orçamento de Estado para 2017, designadamente os seus artigos 49.º, 50.º e 51.º.

Objeto da contratação:

Realização da prestação de serviços "Aquisição / Conservação de Edifícios – Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades".

O procedimento de **Ajuste Direto**, foi conduzido pelo disposto no Capítulo I, do Título III, da Parte II do CCP, formalizado integralmente na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública VORTALgov, no sítio <http://portugal.vortal.biz>, tendo o procedimento a ref.ª **DGPUOP_AD 21/2017**.

Nos termos do CCP, compete aos serviços da entidade adjudicante proceder à análise e avaliação da proposta. A tarefa de análise é prévia à de avaliação e é feita em absoluto para cada proposta: trata-se de verificar se a mesma dispõe das condições para ser admitida e em caso afirmativo, objeto de avaliação.

A entidade convidada a apresentar proposta foi a seguinte:

SÉRGIO & JORGE GOMES, Lda.

AJUSTE DIRETO | Aquisição / Conservação de Edifícios –
Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades

PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 3 | 4

A data limite para apresentação das propostas, 11/10/2017 pelas 16h00, foi definida na plataforma eletrónica e peças do procedimento. A entidade convidada concretizou a sua participação no procedimento de contratação, utilizando a plataforma eletrónica, adquirindo de acordo com o art.º 53.º do CCP a denominação de **Concorrente**:

- Tabela I. -

| N.º | Concorrente | Preço Base | Preço da Proposta |
|-----|---------------------------|------------|-------------------|
| 1 | SÉRGIO & JORGE GOMES, Lda | 7.300,00 € | 7.250,00 € |

De acordo com o n.º 2 do art.º 125.º do CCP, com as necessárias adaptações, não há lugar à fase de audiência prévia nem à elaboração de relatório preliminar e final.

2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO

As razões que, nos termos do CCP, podem levar à não admissão de uma proposta em ajuste direto estão previstas no n.º 2 do art.º 122.º que por sua vez remete para o art.º 146.º, n.º 2 e 3 - específico do concurso público - aplicável com as necessárias adaptações, e o art.º 70.º, n.º 2 - aplicável a todos os procedimentos.

Da análise efetuada, os serviços da entidade adjudicante concluíram que o concorrente apresentou os documentos solicitados no n.º 7 do Convite de acordo com todos os pressupostos do mesmo e, suprimiu as exigências regulamentares aplicáveis, considerando-se **admitido**.

Mais se informa que não existiu a necessidade de corrigir o preço contratual proposto tendo em conta a lista de preços unitários (preços unitários mais decompostos) apresentada na plataforma eletrónica (de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 60.º do CCP).

Das considerações supra referidas resulta a tabela que de seguida se apresenta, onde se inclui o preço contratual proposto para os trabalhos inicialmente concursados, valores sem IVA, bem como a proposta dos serviços da entidade adjudicante relativa a admissão da proposta:

- Tabela II. -

| N.º | Concorrente | Preço MQT Inicial | Preço Erros e Omissões | Preço Proposto | Conclusão |
|-----|---------------------------|----------------------|------------------------------|-------------------|-----------|
| 1 | SÉRGIO & JORGE GOMES, Lda | 7.300,00 € | --- | 7.250,00 € | A admitir |

AJUSTE DIRETO

Aquisição / Conservação de Edifícios –
Reabilitação Interior do Edifício dos Paços do Concelho / Projetos de Execução de Engenharias das Especialidades

PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 4 | 4

Da avaliação efetuada, conclui-se que a proposta foi instruída com os elementos mínimos exigidos e no cumprimento das peças do procedimento, não requerendo qualquer pedido de esclarecimentos, estando em condições de ser submetida ao órgão competente para a decisão de contratar para os devidos efeitos.

3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, propõe-se a adjudicação ao concorrente **SÉRGIO & JORGE GOMES, Lda.**, pela quantia de **7.250,00 €** (sete mil, duzentos e cinquenta euros), à qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.

O contrato a celebrar relativo à aquisição de serviços manter-se-á em vigor pelo prazo de **15** (quinze) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. Mais se informa, no âmbito do art.º 127.º do CCP, que o contrato a celebrar só será eficaz após a sua publicitação pela entidade adjudicante no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cumprida a tramitação aplicável ao procedimento, submete-se o presente **Projeto da Decisão de Adjudicação** juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de adjudicação, no cumprimento do disposto no art.º 125.º do CCP.

Em simultâneo, e no cumprimento do art.º 77.º e 81.º do CCP e ponto 14.- *Documentos de Habilitação* do Convite deverá ser notificado o concorrente a apresentar os **documentos de habilitação** exigidos.

De acordo com o art.º 95.º, n.º 1, alínea a) do CCP, não é exigível a redução do contrato a escrito *quando se trate de contrato locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda (euro) 10 000*.

Penacova, 13 de Outubro de 2017

Jorge Alexandre Serra Cruz
Técnico Superior

380

DESPACHO

- ✚ Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 76 do CCP e no uso da competência própria para autorizar a realização contratual da despesa prevista na alínea a) do art.º 18 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Julho, adjudique-se à firma "SÉRGIO & JORGE GOMES, Lda.";
- ✚ Nos termos do art.º 77 do CCP, notifique-se o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º e ponto 14. *Documentos de Habilitação do Convite*, no prazo de 5 dias úteis;
- ✚ De acordo com o art.º 95.º, n.º 1, alínea a) do CCP, não é exigível a redução do contrato a escrito *quando se trate de contrato locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda (euro) 10 000.*